

SELEÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE TEXTOS

IVAN BARBOSA HERMINE

ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA – VOL VI / VIII

PERÍODO DE TRANSIÇÃO DO CAPITALISMO AO SOCIALISMO

SÃO PAULO

2020

SUMÁRIO

ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA – VOL Vi / VIII

6 PERÍODO DE TRANSIÇÃO DO CAPITALISMO AO SOCIALISMO ----	03
6.1 A Revolução Socialista e a Necessidade de um Período de Transição do Capitalismo ao Socialismo -----	03
6.2 A Ditadura do Proletariado como Instrumento de Edificação da Economia Socialista -----	06
6.3 A Nacionalização Socialista -----	09
6.4 Formações Econômicas e Classes no Período de Transição. A Aliança da Classe Operária com o Campesinato -----	12
6.5 O Aparecimento das Leis Econômicas do Socialismo -----	17
6.6 Leis Gerais e Particularidades da Transição ao Socialismo -----	20
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	26
APÊNDICE – Sobre a organização de textos -----	27
ÍNDICE GERAL DA OBRA -----	29

6 PERÍODO DE TRANSIÇÃO DO CAPITALISMO AO SOCIALISMO

6.1 A Revolução Socialista e a Necessidade de um Período de Transição do Capitalismo ao Socialismo

Todo o curso do desenvolvimento do modo de produção capitalista e da luta de classes na sociedade burguesa conduz inevitavelmente à substituição revolucionária do capitalismo pelo socialismo. O capitalismo engendra a grande produção mecânica que é a premissa material da passagem ao socialismo. O desenvolvimento do capitalismo prepara a força social que o proletariado representa, incumbida de realizar esta passagem.

Em virtude da sua situação econômica, o proletariado é a única classe capaz de unificar, em torno de si, todos os trabalhadores para a liquidação do capitalismo e a vitória do socialismo. Como foi dito acima, atinge agudeza sem precedentes, na época do imperialismo, o conflito entre as forças produtivas em crescimento e as relações de produção burguesas que se tornam grilhões para estas forças produtivas. A lei da correspondência das relações de produção ao caráter das forças produtivas exige a liquidação das velhas relações de produção burguesas e a criação de novas relações de produção socialistas. Daí decorre a necessidade objetiva da *revolução proletária, socialista*.

A revolução socialista se distingue, por princípio, de todas as revoluções que a precederam. Na passagem do regime escravista ao feudalismo e do regime feudal ao capitalista, uma forma de propriedade privada era substituída por outra forma de propriedade privada, ao poder de uns exploradores se sucedia o poder de outros exploradores. Dado que em todas as formações sociais de exploradores havia uma base do mesmo tipo, a propriedade privada dos meios de produção, a nova formação econômica amadurecia gradual e espontaneamente nas entranhas do velho modo de produção. Assim, na passagem do feudalismo ao capitalismo, as novas relações de produção burguesas se desenvolveram nas entranhas do velho regime, dentro do qual cresceram formas mais ou menos acabadas da formação

capitalista. Nestas condições, a tarefa das revoluções burguesas consistia em colocar o poder político em correspondência com a economia capitalista existente através da conquista do poder pela burguesia, em liquidar as velhas relações feudais e limpar o caminho para o ulterior crescimento do capitalismo.

A revolução proletária coloca como seu fim a substituição da propriedade privada dos meios de produção pela propriedade social e a liquidação de toda exploração do homem pelo homem. A revolução proletária não encontra formas preparadas de economia socialista. A formação socialista, baseada na propriedade social dos meios de produção, não pode crescer nas entranhas da sociedade burguesa, baseada na propriedade privada. Tendo estabelecido o poder dos trabalhadores, com a classe operária à frente, a tarefa da revolução proletária consiste em construir uma nova economia socialista. A conquista do poder pelo proletariado é apenas o início da revolução proletária, em que o poder é utilizado como alavanca para a reconstrução da velha economia e a organização da nova economia.

Uma vez que a economia socialista não pode surgir nos marcos da sociedade burguesa, sob o domínio do capital, para a substituição do regime capitalista pelo socialista é necessário, em cada país, um particular *período de transição* que se inicia com o estabelecimento do poder proletário e se conclui com a realização da tarefa da revolução socialista, a construção do socialismo, da primeira fase da sociedade comunista.

Entre a sociedade capitalista e a comunista encontra-se o período de transformação da primeira na segunda. A este período corresponde também um período político de transição e o Estado deste período não pode ser outra coisa senão a *ditadura revolucionária do proletariado*.

O período de transição abrange toda uma época histórica, no decurso da qual se processa a radical reorganização de todas as relações sociais, é liquidada a velha base capitalista e criada uma nova base socialista, assegurando-se o desenvolvimento das forças produtivas, necessário à vitória do socialismo.

Neste particular, utilizam-se as premissas materiais, organizativas e culturais da construção socialista que foram criadas pelo desenvolvimento do capitalismo, isto é, a grande produção, os bancos, as conquistas científicas e técnicas, etc..

No período de transição, o proletariado adquire a têmpera e a prática que se exigem para a realização da sua função dirigente no governo do país e na construção socialista. Na luta contra as tradições derivadas da propriedade privada, contra a influência burguesa, processa-se a reeducação das massas pequeno-burguesas, de todo o povo, no espírito do socialismo.

Partindo das teses fundamentais do marxismo e da prática revolucionária do proletariado, Lênin criou uma teoria desenvolvida sobre o período de transição do capitalismo ao socialismo, armando a classe operária e todos os trabalhadores com o conhecimento científico dos caminhos concretos da edificação do socialismo.

A revolução proletária venceu, em primeiro lugar, na Rússia. A Rússia de antes da revolução possuía um nível de desenvolvimento capitalista suficiente para a vitória da revolução proletária. Ao par disso, a Rússia resultou ser o ponto modal de todas as contradições do imperialismo, o que intensificou fortemente o processo de revolucionarização do proletariado e de coesão das massas camponesas em torno dele. Em outubro de 1917, o proletariado da Rússia, tendo à frente o Partido Comunista, armado da teoria leninista da revolução socialista, em aliança com o campesinato pobre, derrubou o poder dos capitalistas e latifundiários, estabelecendo a sua ditadura.

Neste particular, é necessário ter em vista que, ao lado da unidade no principal e fundamental, a revolução socialista em cada país, que se afasta do sistema do imperialismo, inevitavelmente possui suas formas e métodos particulares e concretos de construção do socialismo, que decorrem das condições históricas, nacionais, econômicas, políticas e culturais do seu desenvolvimento, das tradições populares, bem como da situação internacional formada em tal ou qual período.

A transição ao socialismo, com todas as diferenças de formas concretas desta transição, inevitavelmente representa um processo revolucionário de substituição do domínio da burguesia pelo domínio das massas trabalhadoras, com a classe operária à frente e a substituição da propriedade privada dos meios de produção pela propriedade social.

À diferença do reformismo, com a sua pregação da “integração do capitalismo no socialismo”, o marxismo-leninismo ensina que, em vista da oposição das bases das sociedades burguesa e socialista, do antagonismo de interesses entre o trabalho e o capital, a passagem ao socialismo é impossível sem a revolução proletária, sem a direção política por parte da classe operária (ditadura do proletariado).

A experiência histórica da Revolução de Outubro confirmou a justeza da tese leninista de que a revolução socialista pode iniciar-se e vencer não obrigatoriamente no país dotado do mais alto nível de desenvolvimento do capitalismo. Lênin indicava que, para a vitória da revolução socialista num país, é suficiente que possua um nível médio de desenvolvimento capitalista, como acontecia na Rússia de antes da revolução, e que, nestas condições, a classe operária, apoiando-se no seu poder político, pode, juntamente com todos os trabalhadores, no decurso do período da transição, superar o atraso econômico e cultural do país.

6.2 A Ditadura do Proletariado como Instrumento de Edificação da Economia Socialista

Uma vez que a sua tarefa é a criação do sistema socialista de economia, baseado na propriedade social dos meios de produção, e a liquidação de toda a exploração, a revolução proletária não pode prescindir da radical modificação da natureza do poder político, isto é, da demolição da velha máquina estatal de opressão e esmagamento dos trabalhadores, não pode deixar de criar um Estado capaz de garantir a construção da nova economia.

A revolução proletária engendra um *Estado de novo tipo*, a ditadura do proletariado. Esta é a direção estatal da sociedade realizada pelo proletariado. Sem a ditadura do proletariado, é impossível a libertação econômica e política dos trabalhadores, é impossível a passagem do modo de produção capitalista ao socialista.

Como superestrutura política, a ditadura do proletariado é gerada pela exigência econômica da sociedade de passar do capitalismo ao socialismo. Ao mesmo tempo, a ditadura do proletariado exerce enorme influência no desenvolvimento econômico, uma vez que constitui instrumento de edificação da economia socialista. A ditadura do proletariado representa grandiosa força dirigida no sentido da liquidação da velha base capitalista, do desenvolvimento e fortalecimento da base socialista, assegurando a vitória das formas socialistas de economia sobre as capitalistas.

As formas socialistas de economia não podem surgir e desenvolver-se espontaneamente, por si mesmas. Elas surgem e se desenvolvem como resultado da atividade planificada do Estado proletário, da atividade criadora das massas trabalhadoras.

O Estado socialista pode cumprir sua tarefa de criação da nova base porque se apoia na lei econômica objetiva da correspondência entre as relações de produção e o caráter das forças produtivas e nas novas leis econômicas que surgem em consequência das novas condições econômicas. A ditadura do proletariado assegura a criação de um tipo de organização social do trabalho superior à do capitalismo. Nisto consiste a principal fonte da força do regime socialista e de sua vitória sobre o regime capitalista.

A ditadura do proletariado é uma verdadeira democracia. Ela expressa os mais profundos interesses dos trabalhadores, assegura efetivamente os direitos democráticos dos trabalhadores, amplia cada vez mais as possibilidades materiais de aplicação destes direitos pelas massas. Nas condições da ditadura do proletariado, os trabalhadores, pela primeira vez na história, se tornam senhores do seu país. O socialismo vivo, criador, é criação das próprias massas populares.

A ditadura do proletariado significa a mais direta e ativa participação das vastas massas de trabalhadores na direção da produção, no trabalho dos órgãos estatais, na direção de todas as esferas da vida social do país. Se as revoluções burguesas, ao fortalecer a nova forma capitalista de exploração, não podem reunir por longo tempo, em torno da burguesia, as massas trabalhadoras, já a revolução proletária, ao liquidar toda a exploração, unifica estas massas com o proletariado numa aliança duradoura. A aliança da classe operária com o campesinato, sob a direção da classe operária, orientada contra as classes exploradoras, é o princípio superior da ditadura do proletariado. Sem esta aliança não é possível a conservação da ditadura do proletariado e a edificação da economia socialista.

Em todas as suas formas precedentes, o Estado esmagava a maioria explorada no interesse da minoria exploradora. A ditadura do proletariado esmaga a minoria exploradora no interesse da maioria trabalhadora. A ditadura do proletariado é o prolongamento da luta de classes do proletariado nas novas condições e sob novas formas, contra os exploradores no interior do país e contra as forças agressivas do cerco capitalista, entretanto, a ditadura do proletariado não é somente a violência sobre os exploradores e não é mesmo principalmente a violência.

Os partidos marxista-leninistas dão preferência às formas menos dolorosas de transição ao socialismo e, ao contrário do que tentam representá-los os inimigos do comunismo, não são, sempre e em todos os casos, partidários da violência, da guerra civil, das insurreições armadas, das formas mais agudas de luta de classes.

Lênin frisava que a classe operária preferiria tomar o poder em suas mãos pacificamente. A aplicação ou a não aplicação da violência revolucionária e o grau de agudeza da luta de classes dependem do grau e das formas de resistência das classes exploradoras. Como demonstra a experiência histórica, as classes exploradoras, não desejando ceder o poder, aplicam a violência contra o poder popular e, com isto, impõem ao proletariado uma luta de classes aguda que chega até à guerra civil.

O papel do aspecto violento da ditadura do proletariado, em comparação com outros seus aspectos, depende da situação concreta que se forma nesta ou naquela etapa da revolução, num país dado. Propriedade muito mais profunda e permanente da revolução é a organização das massas trabalhadoras, sua educação no espírito da nova disciplina do trabalho, consciente e socialista, que tem por objetivo a edificação da nova sociedade. A essência da ditadura do proletariado também consiste na atividade construtiva, criadora, organizadora e educadora. A principal tarefa da classe operária, dos trabalhadores, na revolução socialista, como ensina Lênin, é o trabalho positivo ou criador da implantação de uma rede extraordinariamente complexa e delicada de novas relações de organização que abrangem a produção e a distribuição planejadas de produtos. As formas do Estado socialista são diversas, de acordo com as particularidades da revolução que se formam em tal ou qual país.

A transição do capitalismo ao comunismo naturalmente não pode deixar de apresentar uma grande abundância e variedade de formas políticas, mas a essência será, neste caso, inevitavelmente uma: *a ditadura do proletariado*.

A direção de todo o processo de construção planejada da economia socialista pertence, nos países de ditadura do proletariado, aos partidos comunistas e operários. Armados com a teoria do marxismo-leninismo e com o conhecimento das leis do desenvolvimento econômico da sociedade, estes partidos organizam e orientam as massas populares para a solução das tarefas da construção socialista.

6.3 A Nacionalização Socialista

O desenvolvimento do capitalismo preparou as necessárias premissas para a socialização socialista da grande indústria mecânica, do transporte mecanizado, dos bancos, etc.. O Estado proletário, já no início do período de transição, promove a nacionalização da grande produção capitalista.

A *nacionalização socialista* é a abolição, pelo poder proletário, da propriedade das classes exploradoras e a sua transformação em propriedade estatal socialista, em patrimônio de todo o povo. A nacionalização socialista conduz à eliminação da contradição fundamental do capitalismo, a contradição entre o caráter social da produção e a forma capitalista privada de apropriação. Em virtude da nacionalização socialista, as relações de produção na indústria são colocadas em correspondência com o caráter das forças produtivas, o que abre vasto espaço para o seu desenvolvimento.

A nacionalização socialista, em primeiro lugar, liquida a propriedade capitalista sobre os principais meios de produção e, com isto, destrói o domínio econômico da burguesia no país. Em segundo lugar, coloca a base econômica de acordo com a ditadura do proletariado, transferindo, para as mãos dos trabalhadores, os *postos de comando da economia nacional*, ou seja, os ramos dirigentes da economia. Nestes ramos, estabelece-se a propriedade social dos meios de produção e conseqüentemente surgem e se desenvolvem relações de produção socialistas.

A nacionalização da grande indústria tem importância decisiva para a construção socialista. Ao lado disto, processa-se a nacionalização dos bancos, do transporte ferroviário, da frota comercial e dos meios de comunicação, das grandes empresas do comércio interno, bem como a nacionalização do comércio exterior. Como resultado da nacionalização dos bancos, a burguesia perde uma das alavancas mais importantes do seu domínio econômico, ao passo que o Estado proletário adquire um aparelho centralizado e ramificado que, após a sua remodelação revolucionária, é utilizado para a construção do socialismo. A nacionalização do comércio exterior é um meio necessário de garantia da independência econômica do país que constrói o socialismo, com relação ao mundo capitalista.

A aplicação de tais ou quais formas e métodos de nacionalização depende das particularidades da revolução, das condições da construção socialista, das formas e do grau de agudeza da luta de classes no país dado. Assim, em certos casos, a expropriação da propriedade capitalista se realizaria em prazos relativamente curtos,

em outros casos ela se processa com certa gradualidade. Em determinadas condições, é possível a passagem da propriedade dos meios de produção às mãos da sociedade por meio do resgate, etc...

O Estado proletário expropria coercitivamente a terra dos grandes proprietários. A parte predominante das terras expropriadas é entregue ao campesinato trabalhador. Numa certa parte menor destas terras, organizam-se grandes empresas agrícolas estatais. A questão da realização da *nacionalização da terra* é resolvida pelo poder proletário de acordo com as condições concretas de cada país. A questão da socialização de toda a terra é resolvida, por sua vez, praticamente, no curso da ulterior reorganização socialista da agricultura.

A nacionalização da indústria, dos bancos, do transporte, do comércio exterior, nas condições da ditadura do proletariado, significa que o poder dos trabalhadores mina a potência econômica da burguesia e se apossa dos postos de comando da economia nacional, ocupando os pontos de partida para a luta ulterior pelo socialismo.

Nas empresas nacionalizadas, as relações de produção capitalistas são substituídas por relações de produção socialistas. **Ao passar para propriedade social, os meios de produção deixam de ser capital.** É liquidada a exploração do homem pelo homem. Introduce-se uma nova disciplina socialista do trabalho. Nasce a emulação socialista entre os operários. Gradualmente, são implantados os princípios socialistas de administração da produção que combinam a autoridade única com a atividade criadora das massas trabalhadoras. A produção começa a se desenvolver de acordo com um plano socialista, no interesse de toda a sociedade. Assim, sobre a base do estabelecimento da propriedade social socialista dos meios de produção, processa-se, de fato, a socialização socialista de todo o processo produtivo.

6.4 Formações Econômicas e Classes no Período de Transição. A Aliança da Classe Operária com o Campesinato

Como resultado da nacionalização da grande indústria, do transporte, dos bancos, etc., surge a formação (setor) socialista da economia, entretanto, a nacionalização não se estende a todas as economias privadas. Nos diferentes ramos da economia, sobram, por certo período, economias capitalistas. Conseqüentemente, ao lado da formação socialista, baseada na propriedade social dos meios de produção, existem ainda, no período de transição, formações, formas de economia herdadas do passado e baseadas na propriedade privada dos meios de produção. **Isto significa que a economia do período de transição é de formação múltipla.** Nela se contêm diferentes tipos de relações de produção.

Como indicou Lênin, existiam, no período de transição da URSS, as seguintes cinco formações econômicas:

1. economia camponesa patriarcal;
2. pequena produção mercantil;
3. economia capitalista privada;
4. capitalismo de Estado;
5. formação socialista.

A economia camponesa patriarcal, baseada na propriedade privada dos meios de produção e no trabalho pessoal, era uma pequena economia, quase inteiramente natural, que produzia, em proporção esmagadora, para o próprio consumo.

A pequena produção mercantil é uma economia baseada na propriedade privada dos meios de produção e no trabalho pessoal, mas ligada, em maior ou menor grau, com o mercado. Na URSS, tratava-se predominantemente da economia camponesa média que produzia a massa principal de trigo comercializado, bem como da economia dos artesãos que não empregavam trabalho assalariado. Durante tempo considerável do período de transição, na URSS, a pequena produção mercantil foi uma formação que abrangeu a maioria da população do país.

A *economia capitalista privada* estava representada, no período de transição, pelo campesinato rico, pelos proprietários das empresas industriais não nacionalizadas que eram principalmente pequenas e médias, bem como pelos comerciantes. Nas empresas capitalistas, era aplicado o trabalho assalariado, a força de trabalho era mercadoria, existiam relações de exploração e os capitalistas se apropriavam de mais-valia.

O *capitalismo de Estado*, na URSS, existiu principalmente sob a forma de concessões outorgadas pelo poder soviético a capitalistas estrangeiros, de arrendamento a capitalistas de algumas empresas pertencentes ao Estado, de empresas mistas, que eram propriedade do Estado proletário e de capitalistas. O capitalismo de Estado, sob a ditadura do proletariado, se distingue, por princípio, do capitalismo de Estado, sob o domínio da burguesia. Sob a ditadura do proletariado, o capitalismo de Estado é uma formação econômica subordinada, considerando que o papel dirigente é desempenhado pela formação socialista e os meios de produção fundamentais constituem patrimônio de todo o povo. O setor capitalista de Estado, sob a ditadura do proletariado, é composto de empresas capitalistas temporariamente toleradas pelo poder proletário, em determinadas condições de rigoroso controle, limitação da sua atividade e utilizada no interesse da construção socialista, da luta contra a espontaneidade capitalista privada e pequeno-burguesa.

A *formação socialista* abrange, em primeiro lugar, as fábricas, usinas, o transporte, os bancos, sovcozes, as empresas comerciais e outras que se encontram em mãos do Estado socialista. A formação socialista abrange, em segundo lugar, a cooperação de consumo, de abastecimento, de crédito, de produção, inclusive a forma superior de cooperativas agrícolas de produção, os colcoses. A base da formação socialista é a grande indústria mecânica. Já no início do período de transição, a formação socialista representa um tipo social de economia superior a todos os demais, desempenhando a função dirigente na economia do país.

No setor socialista da economia, a força de trabalho deixa de ser mercadoria, o trabalho deixa de ser fonte de enriquecimento dos capitalistas,

transforma-se em trabalho para si, para a própria sociedade. Deixa de existir a mais-valia. Gradualmente, realiza-se a transição à planificação do trabalho das empresas nacionalizadas em escala dos ramos e, em seguida, em escala de todo o setor socialista em conjunto. Em consequência do estabelecimento da propriedade socialista dos meios de produção, os produtos fabricados nas empresas socialistas pertencem, não aos capitalistas, mas ao Estado, ou seja, a todo o povo trabalhador.

A presença de todas cinco formações não é inevitável para cada país que constrói o socialismo. Se, por exemplo, as formas patriarcais de economia tinham certa difusão em países como a China e a Albânia, já na República Democrática Alemã ou na Tchecoslováquia estas formas econômicas não existiam. Na China, a formação capitalista de Estado obteve muito maior desenvolvimento do que nos anos do período de transição na URSS.

Todavia, como ensina Lênin, em cada país, no período de transição do capitalismo ao socialismo, existem as seguintes formas fundamentais de economia social:

- O socialismo;
- A pequena economia mercantil;
- O capitalismo.

A estas formas de economia social, correspondem as seguintes classes:

- A classe operária;
- A pequena burguesia (particularmente o campesinato);
- A burguesia.

Os principais traços da economia, as inter-relações de classe e conseqüentemente os fundamentos essenciais da política econômica no período de transição, são comuns para todos os países, apesar de todas as peculiaridades das formas concretas da economia e da política econômica em cada um desses países.

A situação das classes no período de transição, em comparação com a sua situação sob o capitalismo, modifica-se radicalmente.

A *classe operária* de oprimida sob o capitalismo, torna-se classe dominante que detém em suas mãos o poder e possui, juntamente com todos os trabalhadores, os meios de produção socializados pelo Estado. A situação material da classe operária melhora sistematicamente, eleva-se o seu nível cultural.

O *campesinato*: as massas de camponeses pobres e médios recebem do Estado a terra, a libertação do jugo latifundiário, a defesa contra a exploração dos camponeses ricos, multilateral ajuda econômica e cultural.

A pequena produção mercantil camponesa inevitavelmente engendra elementos capitalistas. Processa-se a diferenciação do campesinato em pobres e ricos.

A diferenciação do campesinato, no período de transição, tem outro caráter, quando sob o capitalismo. Cresce o peso específico do campesinato médio em comparação com a época pré-revolucionária, enquanto diminui o peso específico dos camponeses pobres e ricos. O camponês médio se torna a figura central da agricultura. A política leninista incentiva a aliança com o camponês médio, apoio ao camponês pobre e luta contra o camponês rico.

Lênin ensina que a classe operária, ao dirigir o campesinato, deve sempre distinguir no camponês dois aspectos: o trabalhador e o proprietário privado. O camponês médio é duplice por sua natureza. Como trabalhador, é atraído pelo proletariado, como pequeno proprietário é atraído pela burguesia. Tanto a burguesia como o proletariado esforçam-se para conquistar para o seu lado as massas do campesinato médio. Neste processo, a classe operária dirige-se aos interesses essenciais do camponês como trabalhador, ao passo que a burguesia tenta aproveitar os interesses do camponês como proprietário privado. Particularmente, enquanto o campesinato baseia a sua existência na propriedade privada e na pequena produção mercantil, existem, no período de transição, algumas contradições entre a classe operária e o campesinato trabalhador, como nas

questões, por exemplo, dos preços e da proporção dos impostos. Estas contradições não são antagônicas e insuperáveis. Os interesses da classe operária e das massas trabalhadoras do campesinato coincidem nas questões essenciais. Ambas as classes estão profundamente interessadas na liquidação da exploração e na vitória do socialismo, o que conduz ao ascenso do seu bem-estar. Nisto consiste a base da duradoura aliança de duas classes: a classe operária e o campesinato.

O princípio da aliança operário-camponesa, cabendo a função dirigente à classe operária, encontra-se a base da construção socialista. Uma importante tarefa *política* consiste, com a maior atenção e cuidado, *defender e desenvolver a aliança da classe operária com o campesinato*.

A duradoura aliança da classe operária com o campesinato é uma condição necessária para corretas relações econômicas entre a cidade e o campo, entre a indústria e a agricultura, para o ascenso da agricultura e a sua transformação socialista. Somente na base da aliança operário-camponesa pode ser assegurada a liquidação das formas capitalistas de economia e a vitória do socialismo

As classes fundamentais, no período de transição, são a classe operária e o campesinato. Além dos camponeses, a classe operária une em torno de si, para a construção do socialismo, todas as demais camadas de trabalhadores, como a *intelectualidade* trabalhadora, as massas da pequena burguesia urbana, sobretudo os *artesãos*. Esforçando-se, por todos os meios, para ampliar as fileiras da nova intelectualidade de operários e camponeses, a classe operária também procura atrair para a construção socialista a velha intelectualidade, inclusive os especialistas burgueses.

Com a perda do poder e dos principais meios de produção, a *burguesia* já não é uma das classes fundamentais da sociedade. Depois dos grandes capitalistas terem sido privados dos meios de produção, ainda resta, por certo tempo, uma parte da burguesia urbana (na indústria e no comércio), bem como a burguesia rural (o campesinato rico). No decurso de uma série de anos do período de transição, a burguesia conserva força considerável. Isto se explica pela inevitabilidade do

aparecimento espontâneo de elementos capitalistas procedentes da pequena produção mercantil e pela impossibilidade de substituir imediatamente a gestão capitalista pela socialista em todos os ramos da economia. Mesmo após a perda do seu domínio, a burguesia conserva, em tal ou qual grau, recursos monetários e materiais, bem como vínculos com uma considerável camada de especialistas. A burguesia se sustenta com o apoio do capital internacional que empreende tentativas de restabelecimento do capitalismo nos países que optam pelo caminho da construção socialista.

A contradição fundamental da economia do período de transição é a contradição entre o socialismo que nasce, e ainda nos primeiros tempos é débil, e o capitalismo derrocado, inicialmente ainda forte, possuindo raízes na pequena economia mercantil e representando o passado. Em todos os terrenos da vida econômica, no período de transição, desenvolve-se a luta entre o socialismo e o capitalismo. Entre a classe operária e as massas fundamentais do campesinato, por um lado, e a burguesia por outro, existem contradições antagônicas, inconciliáveis.

No período de transição, o Estado proletário promove, desde o início, uma política de limitação e deslocamento dos elementos capitalistas e, em seguida, uma política de integral liquidação das formas capitalistas de economia. É inevitável, no período de transição, o agravamento da luta de classes do proletariado e das massas trabalhadoras contra a burguesia que resiste à construção socialista. No processo de construção do socialismo, a classe operária unifica a esmagadora maioria da população do país.

6.5 O Aparecimento das Leis Econômicas do Socialismo

Uma vez que o setor socialista domina os postos de comando da economia, as formas capitalistas de economia e as leis de desenvolvimento que lhes são próprias perdem a sua situação dominante na economia, quando o desenvolvimento da economia deixa de ser determinado pela ação da lei econômica fundamental do

capitalismo. **A esfera de ação da lei da mais-valia se estende apenas ao setor capitalista da economia e se torna cada vez mais limitada.**

O peso específico e as proporções absolutas do setor capitalista se reduzem à medida em que são deslocados os elementos capitalistas e cada vez mais fortemente são limitadas as possibilidades de exploração dos operários e camponeses, de acumulação do capital. **Com a liquidação do setor capitalista, desaparece definitivamente a base de ação da lei da mais-valia.**

Em consequência das novas condições econômicas, surgem, desenvolvem-se e gradualmente ampliam sua esfera de ação novas leis econômicas, inerentes às relações de produção socialistas.

Com a constituição e o desenvolvimento da formação socialista, surge e começa a agir a lei *econômica fundamental do socialismo*. Isto se expressa, em primeiro lugar, na modificação radical da finalidade da produção. No setor socialista, a produção não é conduzida para a extração do lucro capitalista, mas no interesse da elevação do bem-estar material e do nível cultural dos trabalhadores, no interesse da edificação do socialismo. Em segundo lugar, à medida em que se fortalecem e desenvolvem as relações de produção socialistas, criam-se as condições para a conquista deste fim, através da ininterrupta e rápida expansão da indústria e da ampla introdução da técnica avançada. **O desenvolvimento da indústria deixa de ter caráter cíclico e cessam as crises econômicas de superprodução.**

Enquanto na economia, ao lado do setor socialista, existirem os setores capitalistas e da pequena produção mercantil, a esfera de ação da lei econômica fundamental do socialismo é limitada. A ação desta lei realiza-se nos marcos do setor socialista, mas uma vez que o setor socialista desempenha um papel dirigente e o seu peso específico aumenta ininterruptamente na economia do país, a lei econômica fundamental do socialismo exerce influência sempre crescente no desenvolvimento de toda a economia.

O Estado proletário, na sua política econômica, apoia-se nesta lei, desenvolve e aperfeiçoa a produção socialista, alcançando, na medida das possibilidades existentes, a sistemática elevação do bem-estar dos trabalhadores.

Ao unificar as empresas do setor socialista, a propriedade social torna necessária e possível seu desenvolvimento planejado. Na base das relações de produção socialistas, no período de transição, surge, e gradualmente começa a manifestar a sua ação, a *lei econômica do desenvolvimento planejado, proporcional, da economia*. De acordo com as exigências da lei econômica fundamental do socialismo e da lei do desenvolvimento planejado da economia nacional, o Estado proletário estabelece as proporções entre os ramos da economia que são necessárias para a consolidação do socialismo, para a elevação do bem-estar material e do nível cultural dos trabalhadores.

A lei do desenvolvimento planejado da economia começa a exercer a função reguladora no desenvolvimento da produção do setor socialista e exerce uma influência sempre mais determinante nas proporções de toda a economia. À medida em que se desenvolve a formação socialista, perde força a lei da concorrência e da anarquia da produção e se abre espaço cada vez mais amplo para a ação da lei do desenvolvimento planejado da economia. Nas condições do ininterrupto e planejado crescimento da produção, passa a agir, no setor socialista, a *lei da incessante elevação da produtividade do trabalho*

No setor socialista, cessa a ação da lei do valor da força de trabalho. Na base das novas relações de produção, surge aqui e começa a atuar a **lei econômica da distribuição de acordo com o trabalho, segundo a qual a remuneração de cada trabalhador deve corresponder ao trabalho por ele gasto.**

A revolução socialista encontra um sistema de relações mercantil-monetárias que se formou nas condições do capitalismo. **Na medida em que, na economia de transição, existe a produção e circulação mercantil, atua também a lei do valor.** Em virtude da socialização dos principais meios de produção e do aparecimento das leis econômicas do socialismo, a esfera da produção mercantil e a

lei do valor é limitada e a sua função se torna, por princípio, diferente do que no capitalismo.

A lei do valor intervém, com certas limitações, como regulador da produção nos setores capitalista e da pequena produção mercantil, mas esta lei não é mais reguladora da produção no setor socialista. No setor socialista, as inversões de capital não se realizam à base da lei da taxa geral de lucro, mas à base da lei do desenvolvimento planejado da economia nacional.

O poder proletário domina cada vez mais a produção mercantil, a lei do valor, o comércio, a circulação monetária, utilizando-os para o desenvolvimento das formas socialistas de economia, para o fortalecimento dos laços econômicos entre a indústria e a economia camponesa, para a luta contra os elementos capitalistas.

Partindo das teses leninistas sobre o novo papel do comércio e do dinheiro nas condições do período de transição, a questão, de modo algum, não consiste em que o comércio e o sistema monetário sejam métodos da economia capitalista. A questão consiste em que os elementos socialistas de nossa economia, ao lutar contra os elementos capitalistas, dominem estes métodos e armas da burguesia para a superação dos elementos capitalistas. A questão consiste, graças à dialética do nosso desenvolvimento, as funções e objetivo destes instrumentos da burguesia mudem, *por princípio*, radicalmente, mudem a favor do socialismo e em prejuízo do capitalismo.

6.6 Leis Gerais e Particularidades da Transição ao Socialismo

A principal tendência do desenvolvimento da economia do período de transição, que determina a política do Estado proletário, é a *socialização socialista da produção*, baseada no gradual estabelecimento da propriedade socialista dos meios de produção em todos os setores da economia. **Na base da socialização da produção, desenvolve-se o processo de socialização na esfera da circulação.**

O processo da socialização socialista se passa em duas formas. Em primeiro lugar, surge e se desenvolve a **propriedade socialista estatal**, de todo o povo. Este processo se realiza através da nacionalização socialista, da ampliação das empresas estatais socialistas já em funcionamento e da construção de novas. Em segundo lugar, surge e se desenvolve a **propriedade socialista cooperativa**. Este processo se inicia primitivamente a partir das formas mais simples de cooperação de abastecimento e de venda e, em seguida, gradualmente realiza-se a passagem à cooperação de produção das economias camponesas, bem como das empresas artesanais, a passagem às oficinas cooperativas. Se a nacionalização significa a transformação das grandes empresas capitalistas em propriedade socialista estatal, realizada de modo obrigatório, já a cooperação pressupõe a unificação das economias dos pequenos produtores mercantis privados em grandes empresas socialistas, o que é realizado de acordo com o princípio da plena voluntariedade.

A propriedade socialista estatal desempenha o papel dirigente na construção socialista, o seu crescimento reforça a base econômica da direção da sociedade pelo proletariado. A ampla construção de empresas industriais do Estado assegura a industrialização socialista do país, a introdução da técnica avançada em toda a economia e a criação da base material e técnica do socialismo. O desenvolvimento da propriedade socialista cooperativa desempenha um papel fundamental na transformação socialista da agricultura.

Ao expressar os interesses essenciais da classe operária, do campesinato, de todos os trabalhadores, a política econômica, no período de transição do capitalismo ao socialismo, deve reforçar, por todas as maneiras, as bases materiais da aliança da classe operária com o campesinato, garantir a ampla aplicação do princípio do interesse material dos trabalhadores da cidade e do campo no crescimento da produtividade do seu trabalho, aproveitar, no interesse do socialismo, alavancas econômicas como o comércio, o dinheiro, o preço, o crédito e o cálculo econômico.

Lênin fundamentou o caminho da passagem do campesinato para os trilhos do socialismo e o novo papel da *cooperação* como forma de reestruturação socialista da pequena produção mercantil, forma esta correspondente à natureza do

campesinato. O plano leninista de construção do socialismo pressupõe o integral desenvolvimento dos vínculos econômicos entre a indústria estatal e a economia camponesa. Do caráter da pequena economia camponesa se segue que, para os camponeses, é vitalmente necessário que a forma de vínculo econômico com a cidade seja a troca através da compra e venda. No período de transição, a aliança comercial entre a indústria estatal e a pequena economia camponesa constitui necessidade econômica.

Lênin frisava a necessidade essencial de aprender a comerciar, a fim de que a indústria socialista satisfizesse as necessidades do campesinato. O desenvolvimento da circulação mercantil entre a cidade e o campo acelera o desenvolvimento dos vínculos mercantil-monetários na própria indústria.

O aproveitamento do interesse material pessoal dos operários no desenvolvimento da produção socialista é condição necessária do ascenso da indústria estatal. Partindo da lei econômica da distribuição de acordo com o trabalho, o Estado socialista estrutura o salário dos operários e empregados por uma correspondência cada vez maior com a quantidade e a qualidade do trabalho gasto por cada trabalhador. Isto estimula a sistemática elevação da produtividade do trabalho.

No período de transição, verifica-se na economia um processo bilateral. Por um lado, até certo tempo e em determinados marcos, crescem espontaneamente os elementos capitalistas. Por outro lado, processa-se, incessante e muito mais rapidamente, o crescimento planejado dos elementos socialistas, o que determina o curso do desenvolvimento de toda a economia. À medida em que crescem a indústria e a agricultura, eleva-se o nível material e cultural dos trabalhadores.

As leis gerais, fundamentais, da edificação socialista são as seguintes:

- 1 - Estabelecimento da ditadura do proletariado, realizada sob a direção do partido marxista-leninista;

2 - Inquebrantável aliança da classe operária com a massa fundamental do campesinato e outras camadas de trabalhadores;

3 - Liquidação da propriedade capitalista e estabelecimento da propriedade social dos meios fundamentais de produção;

4 - Gradual transformação socialista das economias camponesas, na base da sua cooperação de produção;

5 - Desenvolvimento planejado da economia, dirigido para a edificação da sociedade socialista, para a elevação do bem-estar material e do nível cultural dos trabalhadores;

6 - Realização da revolução nas esferas da ideologia e da cultura;

7 - Liquidação da opressão e estabelecimento da igualdade de direitos e da amizade entre os povos;

8 - Defesa das conquistas da revolução socialista contra os atentados dos inimigos;

9 - Necessidade da estreita unidade e ajuda mútua entre os povos, de acordo com os princípios do internacionalismo proletário.

A base material da edificação da sociedade socialista, em qualquer país, é a grande indústria mecânica, equipada com uma técnica avançada. Por isso, no período de transição ao socialismo, a transformação dos países agrários em industriais é condição necessária para a criação do modo de produção socialista, embora a sucessão no tempo da realização da industrialização e da cooperação de produção das economias camponesas, nesta ou naquela forma, possa ser diferente.

No processo da construção do socialismo, verifica-se o desenvolvimento cada vez maior do aperfeiçoamento da democracia socialista, torna-se cada vez mais ativo o papel das massas na direção imediata do Estado e da produção.

As teses marxista-leninistas, sobre as leis gerais da construção do socialismo, estão à base da política dos partidos comunistas e operários. A ignorância ou menosprezo do papel das leis gerais da construção do socialismo é manifestação do revisionismo, que representa o principal perigo na etapa da transição ao socialismo. Ao mesmo tempo, as formas concretas e métodos de construção socialista nos diversos países possuem suas particularidades, de acordo com as condições históricas do seu desenvolvimento.

Todas as nações chegarão ao socialismo, escreveu Lênin, isto é inevitável, porém, chegarão de modo não de todo igual, cada uma trará uma peculiaridade nesta ou naquela forma de democracia, em tal ou qual variedade de ditadura do proletariado, em tal ou qual ritmo das transformações socialistas dos diversos aspectos da vida social.

São inevitáveis as diversas formas concretas de transição ao socialismo nos diversos países, sendo gerais os princípios fundamentais da construção socialista. Os interesses da construção socialista exigem o exame cuidadoso da situação econômica e política que realmente se forma em dado país, em dada etapa do seu desenvolvimento. Daí, se segue a necessidade da luta contra o dogmatismo, pela aplicação criadora dos princípios gerais da construção socialista, de acordo com as particularidades de cada país, o que exclui a cópia mecânica das formas concretas da política econômica que se leva a efeito em outros países. Consequentemente, é inadmissível tanto a ignorância das particularidades nacionais, o que conduz ao afastamento da vida, das massas, como a superestimação do papel destas particularidades, o que conduz ao afastamento dos princípios fundamentais da construção do socialismo.

As formas de construção do socialismo se tornarão cada vez mais variadas, à medida em que novos países ingressem no caminho do desenvolvimento socialista.

Em condições particularmente favoráveis, decorrerá a construção do socialismo nos países industrialmente mais desenvolvidos. Em especial, os países industriais altamente desenvolvidos não terão necessidade de passar por um caminho de industrialização ligado a grandes dificuldades. Quanto mais atrasado for o país, por força dos zigue-zagues da história, tanto mais difícil será a passagem das velhas relações capitalistas às socialistas. A luta revolucionária do proletariado de cada país traz a sua contribuição à teoria e à prática da construção socialista. Nisto, encontra sua expressão o carácter criador do marxismo-leninismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS – INSTITUTO DE ECONOMIA. ***Manual de economia política***. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda, 1961.

LÊNIN, V. I. ***Imperialismo, fase superior do capitalismo***. São Paulo: Global Editora, 1979.

APÊNDICE – Sobre a organização de textos

Ivan Barbosa Hermine é natural de Belo Horizonte, MG, nascido em 1947. Ingressou na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) em 1966, cursando Sociologia e Política até 1968, 3º ano, sem concluir o curso, então instalado no Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Filosofia da UFMG.

Iniciou o curso de Pilotagem de Aeronaves em 1968 no Aeroclube de Lagoa Santa, MG. Trabalhou em várias empresas do ramo e se aposentou, em 1993, na função de comandante de aeronaves na empresa VASP (Viação Aérea São Paulo). Na área profissional, desempenhou as funções de Instrutor de Voo e Checador (check pilot - examinador de voo) pelo DAC, Departamento de Aviação Civil, habilitando-se no Instituto de Aviação Civil, vinculado ao DAC e Ministério da Aeronáutica. Exerceu também a Chefia de Treinamento nas áreas de Ensino e Operações de Voo em empresa aérea.

Na função de Comandante Mor (Master) de Linhas Aéreas, efetuou voos nacionais e internacionais, tendo realizado cursos especiais nas empresas Boeing e McDonnell Douglas nos EUA, Finnair na Finlândia, Aerolíneas Argentinas na Argentina e Fast Air (Grupo Lan Chile) no Chile.

É Bacharel em Aviação Civil pela Universidade Anhembi Morumbi de São Paulo, com habilitação nas áreas de Pilotagem de Aeronaves e Gestão de Empresas Aéreas. Autor de trabalho de pesquisa em Teoria de Voo (aerodinâmica) de Avião para Pilotos. Pós-graduado em Segurança de Voo.

Na atividade de professor universitário, lecionou as matérias Teoria de Voo de Avião, Aerodinâmica de Alta velocidade, Pesos, Balanceamento e Conhecimentos Técnicos (Aeronaves e Motores) no Curso Superior de Aviação Civil, contribuindo na formação de pilotos de aeronaves e gestores de empresas aéreas e aeroportos.

Foi Dirigente Sindical por dois mandatos: Vice-Presidente Nacional e Delegado Sindical, em São Paulo, pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas, de 1980 a 1986; Delegado Sindical junto à CONCLAT (Conferência da Classe Trabalhadora) em 1981 e no CONCLAT (Congresso da Classe Trabalhadora) de 1983, quando da criação da CUT (Central Única dos Trabalhadores). De 1990 a 1992, cumpriu o mandato de Presidente da APVASP, Associação de Pilotos da VASP (Viação Aérea São Paulo).

Militante do PCB desde 1985, tendo se retirado das atividades partidárias, em novembro de 2019, por motivo de saúde (restrição visual), mantidas a filiação e colaboração, no que for possível.

Integrante da 22ª turma do NEP 13 de Maio, Núcleo de Educação Popular.

ÍNDICE GERAL DA OBRA

ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA – VOL I / VIII
1 OBJETO DA ECONOMIA POLÍTICA

ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA – VOL II / VIII
2 MODOS DE PRODUÇÃO PRÉ-CAPITALISTAS

ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA – VOL III / VIII
3 CAPITALISMO PRÉ-MONOPOLISTA

ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA – VOL IV / VIII
4 CAPITALISMO MONOPOLISTA – O IMPERIALISMO

ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA – VOL V / VIII
5 DOCTRINAS ECONÔMICAS DA ÉPOCA DO CAPITALISMO

ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA – VOL VI / VIII
6 PERÍODO DE TRANSIÇÃO DO CAPITALISMO AO SOCIALISMO

ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA – VOL VII / VIII
7 O MODO DE PRODUÇÃO SOCIALISTA

ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA – VOL VIII / VIII
8 FORÇAS PRODUTIVAS E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NA CHINA